

## **CAILÉ, ALAIN & VANDENBEGHE, FRÉDÉRIC. POR UMA NOVA SOCIOLOGIA CLÁSSICA: RE-UNINDO TEORIA SOCIAL, FILOSOFIA MORAL E OS STUDIES. EDITORA VOZES, 2021.**

Marcos Lacerda<sup>1</sup>

O ano é 2020. De forma imprevista, começa a se desenvolver uma pandemia cujas consequências são alarmantes. Países fecham as suas fronteiras. Pode-se ver cenas como as do Vaticano vazio, com o Sumo Pontífice caminhando melancolicamente. Ruas e ruas pelas cidades do mundo em silêncio. O momento é de dúvida, indagação e, mesmo, pânico difuso. Pelas redes digitais, espaço de ampliação – ou degradação? – da esfera pública, começam os debates. Textos e mais textos escritos com angústia, algum cuidado aqui ou ali. O que fazer? Fortalecer os laços sociais e morais, em respeito aos profissionais que precisam trabalhar e não podem ter acesso ao isolamento social? Tentar unir cuidado de si e cuidado dos outros, com atenção especial aos mais vulneráveis? Revelar supostas “assimetrias” e “privilégios” entre os que podem ou não podem se defender da pandemia? Repensar o papel do Estado de bem-estar social, os serviços de saúde pública e universal em tempos de “neoliberalismo”? Estender as políticas de proteção social e médica, a despeito da tanatopolítica explícita do populismo digital de extrema direita?

Agora estamos em 2022. Inesperadamente se anuncia uma guerra. Entre a Rússia e a Ucrânia. O território europeu é novamente bombardeado, como só se vira nos tempos não tão distantes da segunda Guerra Mundial. Estranho sinal. De repente nos vemos diante dos volteios imprecisos do tempo histórico, político e social. As imagens são alarmantes. Pessoas

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando em sociologia pelo PPGS/UFPEL, com o projeto “Sociologia em tempos de mutação: sociedade informacional, tecnociências e biopolítica”. Foi investigador visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, também de Lisboa e publicou o livro "A sociedade das tecnociências de mercadorias: introdução à obra de Hermínio Martins" (2020). Ainda em 2020 organizou, com André Magnelli, o livro "Sociologia das tecnociências contemporâneas: ensaios de teoria social portuguesa" (2020). Os seus principais tópicos de investigação são teoria social e sociológica; epistemologia das ciências humanas e sociologia das tecnociências. E-mail: [lacerda.marcos81@gmail.com](mailto:lacerda.marcos81@gmail.com)

precisam correr às pressas para fugir da guerra. Cidades vão sendo devastadas por bombas, mísseis, todo um arsenal de destruição em massa. Homens entre 18 e 65 anos são obrigados a ficar no país, intimados pelas instituições a colocarem suas vidas em risco. São a *vida matável*. Não têm escolha. Mulheres e crianças correm em disparada, deixam suas casas, país, cidade, bairro, a sua vida em comum. Novamente, o que fazer? Colocar em primeiro plano o cuidado com os mais vulneráveis, homens, mulheres e crianças que se veem jogados numa disputa sem sentido e em torno de uma causa que pouco tem a ver com suas vidas reais? Fazer esforços contínuos de reação organizada à tirania e às ações de lideranças políticas autocratas e impositivas? Retomar formas de sociabilidade, subjetividade e solidariedade em torno de temas, aparentemente banais, como a vida em comum? Desconfiar da comiseração “exagerada” (será mesmo?) em torno dos refugiados europeus que não seria equivalente aos refugiados africanos, árabes, latino-americanos que são como que impelidos a sair de seus países, casas, bairros, vidas em comum tanto pela expansão do capitalismo global, quanto por guerras locais intermináveis?

Tanto a pandemia quanto a guerra podem nos conduzir a estados de anomia global, alienação e patologias sociais? Ou ao contrário, podem nos fazer tomar consciência do nosso estado de anomia, alienação e patologia e, com isso, impelir-nos a repensar a dimensão moral, política e cosmopolita da vida humana, social, afetiva, amorosa e, sim, também econômica?

Vimos também tanto na pandemia quanto na guerra uma série de disputas políticas que se engendraram em torno do papel das tecnociências contemporâneas na biosfera, que estariam estimulando o aparecimento de pandemias; a relação dessas tecnociências com o neoliberalismo e a desregulação dos experimentos tecnocientíficos; a degradação ambiental, com o antropoceno, e suas consequências sociais, políticas; o populismo digital com seu jogo indigesto de *fake news*, negacionismos e adesões a relativismos pós-modernos, anticientíficos e irracionais, entre outros.

Mas o que a sociologia teve, ou teria a dizer desses temas todos? Será que ela ainda é capaz de ter relevância a ponto de encarar temas como os da filosofia moral (cuidado de si e dos outros, reconhecimento moral, formas de

solidariedade social); dos *Studies* (extensão da teoria crítica para dimensões pós-coloniais, de gênero, *queer*, raciais etc.); e da teoria social (atenção para a realidade social num sentido mais amplo, como uma ciência social geral, que se constrói como um tipo de análise que é também diagnóstico), ambos temas presentes de forma ativa no debate público atual, em torno não só dos pontos mencionados da pandemia e da guerra? A sociologia, ou uma nova sociologia clássica, poderia agrupar filosofia moral (introduzindo a filosofia na prática sociológica); *Studies* (introduzindo a teoria social e sociológica nesses tipos de estudos); e teoria social (retomando o projeto dos clássicos de uma ciência social geral)?

Frédéric Vandenberghe e Alain Caillé propõem-se a novamente tornar relevante a presença da sociologia no debate público, a ponto de fazê-la saber conversar com temas candentes do nosso tempo, entre eles os dois acontecimentos mencionados da pandemia e da guerra. Mas isso através de uma atenção a correntes do pensamento que tomaram a dianteira no pós-Guerra Fria, entre elas a filosofia moral, os *Studies* e a Teoria social.

Enquanto sociólogos dormiam o seu sono dogmático – em torno das variações escolásticas da relação agência x estrutura; da repetição meramente formal dos clássicos; da empolgação com teorias da ação cada vez mais concentradas em si mesmas e nos enquadramentos situacionais da vida cotidiana; com o empirismo ingênuo, ou não tão ingênuo em termos de disputa por recursos simbólicos e econômicos no campo, que reduz a teorização e a lógica conceitual a meros exercícios diletantes e especulativos –, a filosofia moral e política vinha discutindo de forma aguda mudanças significativas nos modos de reconhecimento moral, nas relações de solidariedade, nos tipos possíveis de renovação da intersubjetividade em tempos de desfazimento dos laços sociais com a derrocada do Estado de bem-estar social e o surgimento de fenômenos amplos como o multiculturalismo; os *Studies* estavam requentando “novas” ideias, com dimensão moral evidente, em torno de “novos” atores sociais e políticos, de feição pós-colonial, racial, de gênero, ou transgressores a binarismos, interseccionais e assim por diante; por fim, a teoria social mantinha o seu vigor de análise e diagnóstico do tempo presente, da anomia, patologia e

alienação social em tempos de transformações políticas, geopolíticas, nas forças produtivas do capitalismo cada vez mais globalizado e transnacional.

Os autores têm, como principal proposta, aproximar a Sociologia da Filosofia Moral, dos *Studies* e da Teoria social como uma maneira de atualizar a Sociologia e, também, qualificar esta tríade, sugerindo boas articulações e a construção de um consenso mínimo, tendo a sociologia como o meio de regulação principal. Mas qual sociologia?

### **Por uma nova sociologia clássica**

Não me lembro agora quem disse, mas ouvi, faz pouco tempo, alguém dizer que se publicam muitos livros, há muitos autores, todos escrevem muito, publicam muito, alguns com certo ardor normativo, outros com alguma parcimônia e maior cuidado analítico. Mas, de todo modo, publica-se muito, aos montes e, segundo este meu comentador anônimo, pouca coisa publicada soa razoável, pertinente ou mesmo relevante. Vivemos num mundo de redundância em parte expressiva da sociologia, seja através da reafirmação meramente decorativa dos nossos clássicos, seja através da adesão apressada a alguma moda intelectual com verniz salvacionista e suposto interesse em formas de emancipação social dos mais pobres, ou subalternos, ou qualquer outra categoria que seja aceitável no nosso mercado de ideias. Cada dia mais mercado do que ideias propriamente.

Daí que precisamos saber celebrar publicações realmente interessantes, que vão fundo nas questões reais da nossa disciplina, ou do campo de conhecimento em que estamos inseridos. Nós, os sociólogos. E, em especial, os que não querem deixar de sê-lo. O livro “Por uma nova sociologia clássica: re-unindo Teoria Social, Filosofia Moral e os *Studies*”, publicado em edição brasileira pela Editora Vozes, e de autoria de dois dos mais importantes cientistas sociais da atualidade, Frédéric Vandenberghe e Alain Caillé, representa um marco teórico, conceitual e, a seu modo, ético e normativo para sabermos pensar os principais dilemas da teoria social e sociológica.

Além disso, conta com uma série de sociólogos de porte, que fazem comentários em geral muito bons e pertinentes, colocando, por vezes, os

autores “na parede”, como se costuma dizer. Ou melhor, apresentando possíveis limitações à proposta; sugerindo complementos; realçando aspectos talvez deixados de lado; mas também sabendo reconhecer a sua ampla envergadura. São figuras de proa como Nathalie Heinich, Jeffrey Alexander, Francis Chateauraynaud, Raewyn Connell, François Dubet, Phil Gorski, Qu Jingdong, Mike Savage, Michael Singleton e Phillippe Steiner. Aos comentários, segue uma resposta dos autores.

O livro, assim, é composto por três partes. A primeira apresenta a proposta, após fazer um ótimo diagnóstico da situação atual da sociologia. A segunda é a dos comentadores, que fazem uma boa análise geral do conteúdo da proposta e da pertinência do diagnóstico. A terceira, por sua vez, apresenta a resposta dos autores aos comentários. Assim, podemos dizer que, se o livro é dos autores mencionados, ele se amplia para os seus comentadores que são, ademais, de instituições diversas do mundo acadêmico e formados por perspectivas variadas a respeito da teoria social e sociológica. Tudo isso dá ao texto, ao diagnóstico, às propostas uma densidade e maior interesse, como se fossem o resultado de uma conversa longa, feita generosa e atentamente, com muita gente, de diferentes lugares do mundo. Vale, aliás, ater-se aos comentários que são, invariavelmente, transparentes, diretos, tanto na respeitabilidade crítica ao trabalho, quanto em eventuais discordâncias e, mesmo, antagonismos. O debate intelectual real deve se fazer, a meu ver, dessa maneira, com espaço para a apresentação de controvérsias, discordâncias, tensões, conflitos, jamais em torno da *diversidade de uma ideia só*, como tem sido frequente em parte do campo acadêmico, cultural e intelectual no Brasil.

Nesta resenha vou me dedicar à proposta, mais propriamente, procurando delinear alguns dos seus principais pontos, tanto o diagnóstico quanto a tentativa de superá-lo. Deixarei ao leitor o gosto de ler, ele mesmo, os comentadores e a resposta dada pelos autores, o que confere um sabor ainda mais interessante ao livro. E soa como um convite para que os leitores possam ir até ele, para além desta resenha que se quer apenas como uma apresentação possível, assumidamente parcial e que, por conta disso,

destaca dimensões específicas de uma proposta conceitual muito mais generosa, abrangente e consistente.

### **O diagnóstico**

Começemos, então, pelo diagnóstico. Ele é claro e se divide em quatro partes, chamadas de “Quatro Fragmentações”. A primeira pressupõe que a sociologia atual está dividida em torno de duas possibilidades: teórica e empírica. Qual a maneira mais correta de se fazer sociologia? Através da análise conceitual, do trabalho teórico, do cuidado analítico e do embate entre ideias, aproximando-nos, assim, do que fazem os filósofos? Ou, ao contrário, nós temos que nos situar no âmbito mesmo da pesquisa empírica, partindo do pressuposto de que só assim produziremos de fato uma “ciência objetiva”? É uma disputa interminável e que, levando em consideração ao menos o campo acadêmico brasileiro, está sendo ganha pelos empiristas com, infelizmente, larga vantagem. Quando se une, aliás, este empirismo ingênuo e pré-kantiano com perspectivas morais e normativas, aí fica quase impossível estabelecer minimamente questões mais conceituais, teóricas, analíticas e, paradoxalmente, ou nem tanto, efetivamente científicas. O que há, de todo modo, é uma perigosa autonomização da teoria e da pesquisa.

A segunda fragmentação é a da pluralidade de formas de se fazer sociologia que não se comunicam, como se fossem campos de conhecimento à parte, concentrados em suas ilhas de análise teórica, pesquisa empírica e fundamento, em alguns casos, ético-normativo. Estão aí a sociologia estrutural, sistêmica, interacional, pragmática, praxiológica e tantas mais possíveis. Há sociologia para todos os gostos. Não que a amplitude teórica e temática seja um mal em si, mas o problema é que tal amplitude tem sido realizada sem uma base mínima consensual entre sociólogos, como se não houvesse qualquer nível de articulação mínimo. Como se fossem mesmo campos de conhecimento autônomos e autorreferentes, com suas próprias regras de validação entre os pares.

E falta de consenso mínimo, ou mesmo de rigor analítico, precaução metodológica e cuidado conceitual é o que se nota nos *studies*, que englobam uma série de “pesquisas” (as aspas aqui são importantes) e trabalho “teórico”

(as aspas aqui são fundamentais) em torno de temas ligados aos estudos de gênero, teoria crítica da raça, teoria queer, LGBT, ou LGBTQI+, e assim por diante. Muitos desses “estudos” desconsideram a maior parte da tradição de pensamento sociológico, reduzindo teorias, conceitos, pesquisas, quadros analíticos, modelos de ordem verdadeiramente epistemológicas a supostas “estruturas de dominação”, de ordem regional, linguística, étnica, de gênero, raça, ou a uma curiosa noção de “nacionalismo metodológico”, embora boa parte dos autores desses estudos estejam concentrados no país ainda centro do poder econômico e político mundial, os EUA, e escrevam em inglês, o que os deixa na confortável situação de elites dominantes do campo acadêmico.

Aqui se situa a terceira fragmentação, já que a relação entre Sociologia e *studies* é, para dizer o mínimo, bastante conflituosa e conturbada. Além do fato de a base conceitual desses estudos ser de ordem transdisciplinar, mais propriamente vinculada às humanidades. Os *studies*, com seus méritos e confusões conceituais, têm ganhado hegemonia no debate público e, não poucas vezes, são considerados como se fossem a única tarefa possível de sociólogos. De todo modo, é indiscutível que tais perspectivas têm ampliado o repertório, os atores e a escala de análise no âmbito dos estudos da vida social.

Por fim, a última fragmentação é aquela associada ao distanciamento entre a sociologia e as filosofias moral e prática. Aqui podem ser reunidos estudos em torno da dimensão normativa e ética. Sem descartar teorias amplas, perspectivas de análises bem sedimentadas e conceituações rigorosas, ao contrário, a sociologia precisa conversar, ou melhor, saber conversar com amplas tradições de pensamento, incluindo de forma decisiva a filosofia moral e prática. Houve, como dizem bem os autores, um distanciamento da sociologia em relação à filosofia, acompanhado, curiosamente, de uma aproximação das filosofias em relação à sociologia. Ao menos elas foram se tornando cada vez mais sociais, atentas aos problemas da democracia, justiça, igualdade e identidade, como dizem os autores.

## **A proposta**

O diagnóstico, assim, é pouco entusiasmante para nós, sociólogos. Qual a possibilidade de criarmos uma identidade comum, como campo de conhecimento, do mesmo modo que acontece, por exemplo, com a ciência econômica que, embora tenha variações de escolas e correntes de pensamento, consegue manter um consenso epistêmico e ontológico mínimo. Definitivamente, não é o nosso caso e as fragmentações o demonstram de forma convincente. Seja na tensão e autonomização entre teoria e empiria; na pluralização de disputas teóricas desplugadas de qualquer nível maior de articulação; na bem-vinda ampliação de objetos dos *studies*, embora com pouco senso de sistematicidade conceitual e ordenação de pesquisa, além do abandono dogmático de amplas tradições de pensamento; ou no distanciamento da sociologia em relação às filosofia moral e prática, com sua importante ênfase na dimensão ético-normativa, através de uma perspectiva universal e pluralista, a um só tempo.

Para cada uma dessas fragmentações, os autores propõem uma saída possível, levando em consideração a problemática trazida por elas. As saídas vão sendo apresentadas de forma cuidadosa e com alto nível de inventividade, além da segurança conceitual, sem desconsiderar importantes ganhos, mesmo que advindos da fragmentação. Assim, no primeiro caso, como forma de superar os impasses entre, de um lado ensinar “teoria” em torno dos clássicos, ou, mais especificamente, dos três mais conhecidos entre eles, passando pelos que produziram uma possível síntese teórica no século XX, e, de outro lado, reduzir o trabalho sociológico à pesquisa empírica, seja ela etnográfica ou estatística, fazendo uso utilitário e superficial de correntes teóricas, seria mais profícuo começar por um contraponto comum que pudesse re-unir teoria e pesquisa, desfazendo a primeira fragmentação.

Primeiramente, tal postura se realizaria por meio de um retorno não bem aos clássicos, mas às propostas iniciais dos clássicos, em especial à criação de uma ciência social geral, capaz de abarcar várias outras ciências, constituindo-se como disciplina e superdisciplina a um só tempo, sociologia e teoria da sociedade, na boa citação dos autores a Habermas. Ou seja, a

sociologia, desde o seu começo, foi mais do que “sociologia”, no sentido de uma disciplina especializada e com foco exclusivo nos estudos da sociedade moderna industrial.

Um ponto em comum, de todo modo, é o *antiutilitarismo*, como primado analítico e ético-normativo. Capaz de aproximar teoria social, como uma visada que vai além da teoria sociológica por si só, ao comportar outras ciências sociais e humanidades; *studies*, desde que abertos para a conceituação mais sistemática e o cuidado analítico mais apurado, mantendo o impulso crítico de forte teor, ao menos aparentemente, emancipatório; e, por fim, a filosofia moral, prática e política. Ao alargar o sentido da ação social para além da racionalidade instrumental e estratégica, o antiutilitarismo permite colocar no centro visadas morais, normativas, éticas e políticas como vitais para a boa compreensão da vida social. Sua aproximação com os *studies* e a filosofia moral é não só possível, como necessária.

Assim, o antiutilitarismo permitiria uma aproximação virtuosa entre teoria social, *studies* e filosofia moral, ao mesmo tempo que voltaria a aproximar teoria e pesquisa. Do mesmo modo, e sem desconsiderar a importância da pluralidade de disputas teóricas, permitiria algum nível de articulação entre as diversas sociologias, em suas disputas internas muito restritivas ao campo, sejam a sociologia estrutural, crítica, sistêmica, pragmática, interacional e assim por diante. Seria algo como o pressuposto epistemológico e moral-normativo por excelência.

Ao lado do antiutilitarismo, os autores propõem uma importante segunda visada: a articulação entre *metateoria*, *teoria social* e *teoria sociológica*. Por metateoria entendamos os pressupostos epistemológicos, ontológicos e ético-normativos que fundamentam teoria social e sociológica. Por teoria social devemos entender o conjunto de estudos sobre o social que não está restrito à sociologia, abrangendo outras ciências sociais e, mesmo, humanidades. Por fim, por teoria sociológica nos referimos de fato a um campo de conhecimento específico, que tem seus cânones e próprio quadro de referência, tendo como objeto a modernidade. Com ela seria possível reagrupar temas comuns às sociologias clássica e contemporânea, como as

da ação, ordem e mudança social, como temas que, no fundo, atravessam as escolas sociológicas mencionadas mais acima: estrutural, crítica, sistêmica, pragmática, interacional, entre outras, e mesmo a concentração exclusiva na teoria sociológica, abrindo espaço para que sociólogos possam atuar no espaço público, em torno de temas transdisciplinares do nosso tempo, como o “antropoceno”, o neoliberalismo e o novo populismo digital.

Temos assim, antiutilitarismo e articulação entre metateoria, teoria social e teoria sociológica. Podemos, ainda, associar mais dois elementos fundamentais na proposta dos autores. A reconstrução da forma crítica, de base marxiana, em termos de uma *antropologia do dom*, a partir de Marcel Mauss. A crítica, de base marxiana, aliás, tem atingido ares de exasperação hipercrítica em novas correntes da teoria crítica, sempre dispostas a fazer exercícios de “desconstrução” ou “genealogia” que, supostamente, explicitariam formas ou “estruturas” de dominação. Por todo canto haveria dominação, cinismo, intriga, estratégia e maledicências. O adepto da teoria crítica, por um motivo enigmático, teria visão num mundo de cegos, seria o único a ver as “assimetrias”, “dominações” e estaria preparado para fazer “evoluir” os pobres mortais que não conseguem enxergar e precisam de salvação, ou caso não o queiram, de condenação sumária. Uma visão que pode ser estreita, não poucas vezes paranoica, autoindulgente, mas que se apresenta como mais “esclarecida” e até mesmo “revolucionária”. Em relação a quê? Contra exatamente quem?

Aliás, vale comentar aqui um trecho da introdução do livro, em que os autores definem a sua proposta como modesta, ambiciosa e esperançosa. Ambiciosa por se propor a articular teoria social, *studies* e filosofia moral e, com isso, tornar as ciências sociais novamente relevantes; esperançosa por se apresentar não só na condição do negativo, da crítica e do fechamento do sistema, mas como positiva, no sentido de apresentar uma proposta real de reconciliação, re-união e de construção de espaços para a realização da vida comum para todos. Mas, ainda mais especialmente, bastante modesta, sabendo da condição real das ciências sociais, “um subsistema no interior do subsistema da ciência, que é ele mesmo um subsistema da sociedade mais ampla”, ao mesmo tempo que explicitando o que há de absurdo na

ideia de que “podemos mudar a sociedade com um fragmento de escrita engajada”.

Uma antropologia do dom, sem desconsiderar a dimensão real de conflitos, tipos de dominação, assimetrias, poderia também vir a qualificar a análise e, vejam só, a capacidade crítica, permitindo inclusive pensarmos em reconstruções, reafirmações e criações de novos laços afetivos, sociais, civilizatórios.

Assim, a integração de uma antropologia do dom, em meio à saraivada de “críticas” dos *studies* poderia servir tanto para qualificar a crítica, quanto para não reduzir a vida real, das sociedades reais, feita por pessoas reais a um suposto bloco maciço de dominação total, opaco, gélido e sem sentido. Falta, no entanto, como se diz no Brasil, “combinar com os russos”. Quer dizer, falta haver de fato disposição para isso por parte daqueles que se consideram situados numa curiosa posição que lhes permite atacar por todos os lados, “ver sem ser vistos” e arregimentar jovens, ainda em processo de formação intelectual, para suas batalhas que, não poucas vezes, desconsideram alianças, intimidam questionamentos, moralizam refutações, ou se negam à autocrítica.

Mas, se até aqui conseguimos ver se desfazer a fragmentação entre teoria e pesquisa; a pluralidade de disputas entre teorias sociológicas autorreferentes; os excessos dogmáticos de derivações da teoria crítica, entre eles aqueles vinculados aos *studies*, falta ainda uma outra fragmentação, mais precisamente, a quarta, que distancia filosofia moral das ciências sociais e da sociologia. E, aqui, o paradigma da dádiva tem papel crucial.

### **A dádiva como centro, sem centralidade**

Se o antiutilitarismo pressupõe que o sentido da ação social – e, por extensão, da ordem e da mudança social – não pode ser restrito à racionalidade estratégica e instrumental, ou à racionalidade relacionada a fins, pensando na tipologia weberiana, podemos ampliar, então, o leque de sentidos possíveis, incluindo as dimensões simbólica, dos sentimentos morais, dos afetos e assim por diante. O sentido da ação se amplia e passa a

ser também regido pelas representações simbólicas, pela ética e a moral, além dos afetos, a benevolência e o amor.

Ampliando ainda mais, podemos dizer que o sentido da ação não se restringe ao ator, sujeito, pessoa, indivíduo, chamemos da maneira que quisermos, mas se reconecta com o Outro, aquele a quem o autor se dirige, ou se sente tomado e vai em sua direção. A ação, assim, é relação. O sujeito, intersubjetividade. O eu é um Outro. E, em meio à complexidade real que envolve normas, valores, morais, éticas, afetos, benevolências, amores e, claro, também conflitos, dissonâncias, tensões, assimetrias estão ali duas pessoas, com os olhos voltados um para o outro, com os gestos à espera de um entendimento mútuo, com o coração, quem o sabe, esperando o despertar de um sentimento comum que os possa envolver.

Entre dar, receber e retribuir, com os possíveis intervalos, suspensões do tempo, espera angustiada da resposta, mediações outras, como as das instituições, das diferenças entre quem pode dar mais ou menos, receber de imediato ou recusar, retribuir ou não retribuir, vai se desenhando todo um conjunto sutil, delicadíssimo que compõe mesmo a tessitura da vida real das pessoas em seus inevitáveis jogos de apego e desapego; luto e melancolia; alegria efusiva e tristeza profunda; pulsões sem destino ou destinações precisas; aproximações insuspeitas com o sagrado e imersões em sistemas racionalmente ordenados.

O paradigma da dádiva, assim, sem desconsiderar evidentemente propostas da filosofia moral e política, como as do reconhecimento, care e autenticidade, torna-se um caminho possível para o encontro entre teorial social, *studies* e filosofia moral e o centro, sem centralidade, pois se movimentando entre os polos, de uma reconstrução possível da sociologia que a faça retomar a sua relevância na vida acadêmica, no debate de ideias e na esfera pública.

Se fosse possível visualizarmos o novo quadro proposto, poderíamos pensá-lo da seguinte forma. O antiutilitarismo está em um dos polos. O paradigma da dádiva em outro. No meio, a antropologia do dom. Esses três pontos dão consistência e organicidade ao esquema. Diríamos que são centrais. Entre eles vão se articulando cuidadosamente metateoria, teoria

CAILLÉ, Alain & VANDENBEGHE, Frédéric. Por uma nova sociologia clássica: re-unindo Teoria Social, Filosofia Moral e os Studies. Editora Vozes, 2021. | Marcos Lacerda

social e teoria sociológica. Sem posição definida, movimentando-se entre os polos e sendo alimentados pela articulação entre metateoria, teoria social e teoria sociológica, podemos observar a teoria social, os *studies* e a filosofia moral, formando assim o que seria a sociologia neoclássica, ou uma sociologia possível para o nosso tempo.